

**--- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM,
RELATIVA AO MÊS DE DEZEMBRO, E EFECTUADA NO DIA VINTE E OITO
DE DEZEMBRO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E CINCO. -----**

--- Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro de mil novecentos e noventa e cinco, pelas vinte uma horas e trinta e cinco minutos, reuniu a Assembleia Municipal, no Salão Nobre da Assembleia Distrital, nesta cidade, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS: ----**

- 1.- ASSUNTOS DE INTERESSE PARA AS FREGUESIAS;-----**
- 2.- PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM E AS JUNTAS DE FREGUESIA; -----**
- 3.- PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM PARA O ANO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS; -**
- 4.- PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM PARA O ANO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS; -----**
- 5.- PLANO DE PORMENOR DA ÁREA ENVOLVENTE AO CONVENTO DE ALMOSTER;-----**
- 6.- PROPOSTA DE REGULAMENTO INTERNO DOS S.M.S.-----**

--- O Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, ordenou que se procedesse à chamada, tendo-se verificado as seguintes ausências: -----

--- Faltas justificadas:-----

--- **MARIA CREMILDA FERNANDES DIONISIO SALVADOR.**-----

--- **CUSTÓDIO MANUEL VITORINO BENTO.**-----

--- **JOÃO VÍTOR REIS GOMES MENDES.**-----

--- **VÍTOR MANUEL LOPES AMARAL CASTRO DA MATA**-----

--- **JOÃO PIEDADE JOANAZ.**-----

--- **ANTÓNIO JOSÉ DA PIEDADE FERRARIA.**-----

--- **Faltas não justificadas:**-----

--- **LUÍS MIGUEL DE SEIXAS JORGE DE PINA SERRANO.**-----

--- Confirmada a existência de quórum, o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**,
declarou aberta a Sessão.-----

--- Seguidamente o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** submeteu a votação a
Acta número treze, tendo sido aprovada, por unanimidade.-----

--- De seguida interveio o Senhor **PRIMEIRO SECRETÁRIO** prestando alguns
esclarecimentos sobre uma rectificação ao Decreto-Lei número cem/oitenta e quatro, de
vinte e nove de Março, anexo ao Regimento da Assembleia Municipal.-----

--- De imediato o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu início ao **PERÍODO
DE ANTES DA ORDEM DO DIA** com uma Moção subscrita pelo Grupo Parlamentar
da CDU, que a seguir se transcreve:-----

--- “Passaram cinquenta anos desde o bombardeamento atómico de Hiroshima e
Nagasaki.-----

--- A retoma dos ensaios nucleares pela França, suspensos desde mil novecentos e

noventa e três por Mitterrand, na Mururoa, constituem um grave atentado para o equilíbrio ambiental à vida humana, à liberdade e à democracia. -----

--- Com este acto autoritário e agressivo poderão estar comprometidos os esforços desenvolvidos para a ratificação do tratado de total interdição do uso de ensaios de armas nucleares.-----

--- Passados cinquenta anos, o fantasma de dezenas de milhares de vítimas paira ainda entre nós, esta é a oportunidade histórica de pormos fim ao pesadelo nuclear.-----

--- A Assembleia Municipal de Santarém, reunida no dia vinte e oito de Dezembro de mil novecentos e noventa e cinco, em Sessão Ordinária, apela à total eliminação e proibição das armas e ensaios nucleares”.-----

--- Dada a inexistência de intervenções o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** submeteu a votação a referida Moção, tendo sido deliberado, **por unanimidade**, aprovar.

--- O Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** informou ter chegado à Mesa uma Moção subscrita pelo Grupo parlamentar da CDU que, a seguir se transcreve:-----

--- “Considerando:-----

--- o direito das autarquias à devolução dos oito vírgula oito milhões de contos resultantes do desvio a que foi sujeita a receita do IVA no início do ano;-----

--- que o actual Governo decidiu reter sete vírgula três milhões de contos procedendo apenas à devolução de um vírgula cinco milhões de contos;-----

--- a progressiva erosão verificada nos recursos financeiros à disposição do Poder Local devido a sucessivas manipulações da aplicação da Lei das Finanças Locais e à não

compensação de encargos e isenções; -----

---o necessário e legítimo reforço dos meios financeiros postos à disposição das autarquias que correspondam a uma justa repartição dos recursos públicos do Estado entre os vários níveis da Administração como aliás a Constituição da República determina. -----

--- A Assembleia Municipal de Santarém reunida a vinte e oito de Dezembro de mil novecentos e noventa e cinco delibera exigir: -----

---Um - Que o próximo Orçamento de Estado contemple a devolução dos sete vírgula três milhões de contos devidos às autarquias; -----

---Dois - que o montante de partida para o cálculo de fixação do FEF para mil novecentos e noventa e seis seja de duzentos e vinte e oito vírgula quatro milhões de contos (duzentos e dezanove vírgula seis do OE de noventa e cinco acrescido dos oito vírgula oito milhões de contos) e não de duzentos vinte e um vírgula um milhões de contos resultantes da correcção parcial agora decidido; -----

--- Três - que o valor das transferências para as autarquias corresponda a um aumento real e substancial dos respectivos recursos financeiros capaz de iniciar a correcção resultante do FEF perdido pela não aplicação da Lei das Finanças nos últimos anos (cerca de setenta milhões de contos) e de compensar as isenções e encargos hoje suportados pelas autarquias; -----

---Quatro - que a eventual transferência de novas competências, devidamente acompanhada das respectivas contrapartidas financeiras, seja procedida da prévia

compensação pelas competências que as autarquias foram forçadas a assumir sem disporem dos respectivos meios financeiros. -----

--- Interveio o Senhor **CARLOS MANUEL PALMEIRO CARVALHO**, Presidente da Junta de Freguesia de Tremês, discordando do conteúdo da Moção, designadamente que se esteja a exigir ao Governo eleito a devolução das verbas não transferidas pelo anterior Governo, como se esta estivesse retida nos cofres do Estado. -----

--- A seguir tomou a palavra o Senhor **PEDRO MIGUEL RODRIGUES NEVES VELOSO**, considerando que a Moção traz uma preocupação ao Partido Socialista, dado que este vem defendendo um aumento de verbas para as Autarquias Locais. -----

--- Salientou que lhe parece justo que no próximo Orçamento de Estado se faça um aumento dessas verbas que estão em falta para as Autarquias Locais, tendo em conta, as percursos eleitorais feitos pelo então candidato a Primeiro Ministro. -----

--- Usou da palavra a seguir o Senhor **JOAQUIM AUGUSTO QUEIROZ FRAZÃO NETO**, Presidente da Junta de Freguesia de Amiais de Baixo, manifestando a sua discordância relativamente à Moção. -----

--- Disse esperar ver a coerência do PSD, que agora está na oposição, a defender posições iguais às que defendeu enquanto foi Governo, salientando que se o Partido Socialista deixar de cumprir a promessas eleitorais, designadamente o FEF, então cá estarão todos para fazer pressão para que o governo cumpra essas promessas. -----

--- Interveio depois o Senhor **LEONEL DE MATOS MARTINHO DO ROSÁRIO** que referiu estar de acordo com a parte construtiva da proposta, salientando, no entanto,

que o Partido Socialista não poderá votar favoravelmente a Moção da CDU.-----

--- Seguidamente interveio o Senhor **FERNANDO SOARES NICOLA**, lamentando o comportamento do PS, no que concerne às promessas feitas durante a campanha eleitoral.

Referiu que o PSD está de acordo com a Moção, tendo como base essas promessas eleitorais, designadamente no que se refere às transferências de verbas e competências para as Autarquias Locais. -----

A seguir interveio o Senhor **VÍTOR MANUEL DELGADO PRATA LEAL**, considerando que, em sua opinião, o Partido Socialista cumprirá as suas promessas.-----

--- Interveio por último o Senhor **EUGÉNIO BAËTA RIBEIRO PISCO** manifestando-se surpreendido pela posição tomada pelo Partido Socialista, em relação a esta matéria, salientando que se trata de um Orçamento rectificativo, em relação ao ano de mil novecentos e noventa e cinco e não de anos anteriores. -----

--- Esgotadas as intervenções o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** submeteu a votação a referida Moção, tendo sido rejeitada, com vinte oito votos contra e dezoito votos a favor.-----

--- Pelo Senhor **ANTÓNIO MANUEL DE CAMPOS** foi proferida a seguinte

Declaração de Voto: -----

--- “O PSD votou a favor, por entender que o Partido Socialista deve cumprir integralmente as promessas eleitorais das últimas eleições legislativas. O PSD, contudo, reputa pretensas evasões demagógicas ao cumprimento dessas promessas eleitorais, com

falso alibi do não cumprimento da Lei das Finanças Locais, que como se sabe não corresponde totalmente à verdade. Assim, o PSD rejeita como infundamentada o ponto nº três da referida Moção”.

--- Pelo Senhor **CARLOS MANUEL PALMEIRO CARVALHO** Presidente da Junta de Freguesia de Tremês foi proferida a seguinte **Declaração de Voto**.

--- “O PS votou contra, porque contrariamente ao que aqui foi proferido, já começou a cumprir. E a cumprir a Lei das Finanças Locais para o Orçamento de Estado para o ano de mil novecentos e noventa e seis, também terá em conta, cumprir as promessas que fez ao longo da campanha eleitoral”.

--- Seguidamente foi presente uma Proposta subscrita pelos Senhores **ANTÓNIO MANUEL DE CAMPOS, FERNANDO SOARES NICOLA e JOAQUIM ALBERTO PEREIRA SERRÃO**, que a seguir se transcreve:

--- “Os membros da Assembleia Municipal de Santarém, reunidos em Sessão Ordinária no dia vinte e oito de Dezembro de mil novecentos e noventa e cinco, tendo tido conhecimento do falecimento do Senhor Ministro do Equipamento Social, manifestam por este meio o seu pesar e as mais vivas Condolências à família”.

--- O Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** submeteu a Proposta à votação, tendo sido deliberado, **por unanimidade**, aprovar.

--- Prosseguiu-se o Período de “Antes da Ordem do Dia”, com a intervenção do Senhor **DIAMANTINO CARVALHO VICENTE** Presidente da Junta de Freguesia de Casével, que se referiu à recepção aos professores, salientando que esta não decorreu como todos

desejavam.-----

--- Agradeceu a agenda distribuída a todos os professores presentes, considerando-a algo incompleta.-----

--- Referiu-se ainda ao ofício que dirigiu ao Senhor Presidente da Assembleia sobre a incompatibilidade de deputado à Assembleia República com a de membro da Assembleia Municipal.-----

--- Concluiu, lamentando que o Senhor Presidente da Assembleia nunca tenha visitado a sua freguesia.-----

--- Interveio o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** para esclarecer que relativamente às incompatibilidades este assunto foi analisado por uma Comissão competente na Assembleia da República, aproveitando para referir que a Assembleia Municipal nunca deixou de se fazer representar em Casével e que na sua consideração não existem freguesias de primeira ou de segunda.-----

--- Seguidamente interveio o Senhor **PEDRO MIGUEL RODRIGUES NEVES VELOSO** lamentando que as actas da Câmara e o Relatório de Actividades da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Santarém, sejam entregues em cima da Reunião da Assembleia. Aproveitou para elogiar a forma como está elaborado o Relatório de Actividades dos Serviços Municipalizados.-----

Interveio depois a Senhora **ANABELA BOTELHO AMARO ALMEIDA** questionando qual o destino dado ao papel recolhido para a reciclagem. Lamentou ainda que a recolha deste papel não tenha abrangido toda a cidade e concelho.-----

--- Interveio a seguir o Senhor **ANTÓNIO JOSÉ DA PIEDADE CARMO** congratulando-se por a Assembleia Municipal estar reunida no Salão Nobre da Assembleia Distrital, considerando este um espaço Nobre da Cidade de Santarém. -----

--- Referiu que as eleições do passado dia um de Outubro relançaram o país no caminho da regionalização com interesses económicos, sociais e políticos. -----

--- Considerou que a região aspira a uma maior autonomia e à consequente libertação a que esteve ligada. Com o anterior Governo a região ribatejana viu-se mais dependente do Terreiro do Paço, passando a integrar uma região denominada Lisboa e Vale do Tejo, com a consequente perda de autonomia. -----

--- Referiu que surgem agora esperanças de poder vir a ser constituída a tão desejada Região do Ribatejo, onde Santarém terá, obrigatoriamente, de se afirmar como capital, não devendo existir receios de o reclamarem como o mais correcto do ponto de vista político, económico e sociológico de uma região ribatejana que não se afaste muito dos actuais limites geográficos do distrito de Santarém, e que seja mantida a tradição da cidade com respeito pelo passado, na esperança de que a capital em Santarém é sempre a melhor escolha. -----

--- Prosseguiu, recordando algumas palavras do Geógrafo Orlando Ribeiro e, concluiu referindo que é importante reforçar o papel de Santarém, afirmando-o como pólo de desenvolvimento e cultura alternativo e complementar da área metropolitana de Lisboa.-

--- Depois Interveio o Senhor **ANTÓNIO MANUEL DE CAMPOS** solicitando que a intervenção do Senhor António Carmo, no que concerne à regionalização fosse transcrita

na integra. -----

--- Sugeriu ainda que fosse convocada uma Sessão Extraordinária para debater assuntos relacionados com a regionalização. -----

--- O Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** agradeceu a sugestão do Senhor António Manuel de Campos, no assunto respeitante à “Regionalização” informando ser já intenção da Mesa tratar do assunto com os grupos Políticos desta Assembleia Municipal com vista a uma Sessão Extraordinária onde será debatido tal tema. -----

--- Por último interveio o Senhor **JOSÉ ANTÓNIO PISCO BORREGO** que agradeceu o convite que lhe foi enviado pela Senhora Vereadora Eng^a. Dunia, para a inauguração da Escola Primária da Ribeira de Santarém. -----

--- Solicitou esclarecimento sobre o mapa financeiro do Relatório de Actividades da Câmara, relativamente a uma diferença de cinquenta e três mil contos. -----

--- Esgotadas as intervenções neste período de “Antes da Ordem do Dia”, o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -

--- **PONTO UM - ASSUNTOS DE INTERESSE PARA AS FREGUESIAS.** -----

--- Teve como primeiro interveniente o Senhor **BASÍLIO DUARTE OLEIRO** Presidente da Junta de Freguesia do Arneiro das Milhariças, que informou que no início do mês de Dezembro se deslocaram alguns funcionários dos Serviços Municipalizados à sua freguesia, para efectuar cortes no abastecimento de água a inúmeros consumidores que tinham a água paga, solicitando que a situação fosse averiguada. -----

--- Aproveitou para chamar a atenção para as estradas que ligam ao Arneiro das

Milhariças que se encontram cheias de buracos devido às fortes chuvadas. -----

--- Alertou para o problema do lixo e para a necessidade da substituição de alguns contentores. -----

--- A seguir interveio o Senhor **VICENTE CARLOS FLOR BATALHA** Presidente da Junta de Freguesia de Pernes, sublinhando a intervenção do Senhor António Carmo, no tocante à regionalização, manifestando a sua preocupação, relativamente a este assunto.-

--- Referiu-se ao funcionamento desta Assembleia Municipal, no sentido desta ser mais dinamizada. -----

--- Manifestou a sua preocupação, relativamente à desertificação de parte do concelho de Santarém. -----

--- Lamentou que não tivesse sido efectuada a devida limpeza ao Rio Alviela pois, com as cheias que se têm verificado, o Rio ficaria com alguma vida. Salientou a falta de segurança do Mouchão Parque junto às margens do Alviela. -----

--- Disse estar surpreendido com a entrevista dada pelo Senhor Secretário de Estado dos Recursos Naturais ao Jornal Público onde dá como exemplo de política ambiental o sistema de Alcanena, o qual, ainda não está concluído, faltando-lhe o sistema terciário.--

--- Alertou que o protocolo com a EPAL está a caducar, sendo necessário, no seu entender, que nenhuma água do Alviela seja desviada, a fim de permitir o equilíbrio ecológico do seu caudal. -----

--- Prosseguiu, manifestando a sua preocupação, relativamente à Zona de Desenvolvimento Económico de Pernes e, concluiu referindo-se à questão da segurança e

do novo quartel da GNR, bem como à questão da habitação social. -----

--- Interveio o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** para informar que teve uma reunião com a Senhora Ministra do Ambiente onde se falou do problema do Alviela, informando que o processo está no bom caminho. -----

--- Usou da palavra a seguir o Senhor **FILIPE ESPALHA DOS SANTOS AURÉLIO** Presidente da Junta de Freguesia de Azoia de Baixo, referindo-se à construção da nova Sede de Junta de Freguesia. -----

--- Congratulou-se com a melhoria dos serviços da Câmara, na recolha do lixo na sua freguesia, agradecendo o auxílio prestado pela Câmara no aluimento das barreiras.

--- Solicitou aos Serviços Municipalizados, nomeadamente aos Serviços Técnicos que fosse verificada a pressão da água, dada a constante reclamação dos munícipes. -----

--- Depois usou da palavra o Senhor **MÁRIO MARTINHO DE OLIVEIRA**, Presidente da Junta de Freguesia da Várzea, congratulando-se com o facto de este ponto da Ordem de Trabalhos ter sido colocado em primeiro lugar. -----

--- Seguidamente interveio o Senhor **JOAQUIM MANUEL RIBEIRO MATEIRO**, Presidente da Junta de Freguesia do Pombalinho, alertando para o mau estado das estradas que servem a sua freguesia, devido às cheias. -----

--- Referiu-se às obras efectuadas pelo Município da Golegã, lamentando que este não reponha o que danifica. -----

--- Manifestou ainda a sua preocupação relativamente à divisão da sua freguesia com a freguesia da Azinhaga, concelho da Golegã. -----

--- Interveio a seguir o Senhor **FIRMINO JOAQUIM PRUDÊNCIO DE OLIVEIRA**, Presidente da Junta de Freguesia de Vaqueiros que se referiu a uma Moção sobre o Alviela aprovada em Assembleia de Freguesia. -----

--- Informou ainda que remeteu à Câmara Municipal um memorando sobre as situações mais prementes da sua freguesia. -----

--- Interveio ainda o Senhor **EUGÉNIO BAÊTA RIBEIRO PISCO** lembrando que, há tempo, os assuntos ali trazidos eram a seca e o agravamento da poluição dos rios. Hoje, o problema é as cheias. -----

--- Referiu que se tem falado muito no Alviela, e bem, mas existe outro problema que é o Rio Maior, que em sua opinião, merece uma atenção especial da autarquia. -----

--- Focou uma intervenção sua, em Abril de noventa e quatro, relativamente a um “mamarracho” que foi construído, junto à Igreja do Vale de Santarém, o qual se encontra na mesma situação. -----

--- Manifestou a sua preocupação, relativamente à urbanização do Alto do Vale de Santarém, que envolve muitos moradores e que é um assunto delicado considerando, no seu entender, que este problema não pode ser reduzido a um gabinete porque é necessário haver diálogo.-----

--- Interveio também o Senhor **CARLOS ALBERTO NARCISO MARQUES**, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Figueira, manifestando a sua preocupação relativamente à Estrada do Campo, que é fundamental para a ligação a todo o Vale do Tejo.-----

---Solicitou que fosse informado sobre as obras da Ponte do Rio Alviela, que fica situada na freguesia de S. Vicente do Paul.-----

---A seguir usou da palavra o Senhor **CARLOS MANUEL PALMEIRO CARVALHO**, Presidente da Junta de Freguesia de Tremês que informou sobre os contactos que a ANAFRE tem vindo a desenvolver, nomeadamente com os líderes parlamentares, neste início de legislatura e inclusivamente com o Senhor Primeiro Ministro.-----

---Manifestou a sua discordância, relativamente a algumas intervenções, em que foi afirmado que o Governo não cumpriu as promessas feitas. -----

---Concluiu, solicitando alguns esclarecimentos sobre a Estrada Nacional número trezentos e sessenta e dois, os arruamentos em Tremês, as habitações sociais e ao alargamento do Cemitério de Tremês.-----

---Seguidamente usou da palavra o Senhor **CLÁUDIO QUARESMA TOMÉ** Presidente da Junta de Freguesia de Almoester que alertou para a poluição que uma vacaria holandesa está a provocar na sua freguesia.-----

---Interveio depois o Senhor **ZEFERINO FRANCISCO AZEVEDO SILVA** congratulando-se com o facto do primeiro ponto da Ordem de Trabalhos ser “Assuntos de Interesse para as Freguesias”.-----

---A seguir interveio o Senhor **RICARDO LUÍS COSTA**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Vicente do Paul, manifestando a sua preocupação relativamente à Ponte dos Alcaldes, dado que os muros foram derrubados, para que as máquinas pudessem

- passar, devido às obras. -----
- Referiu que a Ponte do Alviela, na sua freguesia, encontra-se em mau estado de conservação, salientando que esta é uma Ponte Romana, pelo que está preocupado com a situação. -----
- Por último usou da palavra o Senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** prestando os seguintes esclarecimentos: -----
- Relativamente ao Relatório de Actividade da Câmara e Serviços Municipalizados, esclareceu que se trata de cumprir a Lei, de modo a permitir uma maior actualização das informações fornecidas. -----
- Quanto à recolha do papel para reciclagem, informou que este tem sido vendido. -----
- No tocante à candidatura de Santarém a Património Mundial, esclareceu que este processo se encontra no bom caminho. -----
- Relativamente à regionalização, considerou que a tendência é para centralizar, sendo necessário haver pressão para contrariar essa tendência. -----
- Esclareceu alguns aspectos, relativamente ao mapa de situação financeira da Câmara.
- Prosseguiu, prestando alguns esclarecimentos em relação à Zona de Desenvolvimento Económico de Pernes. -----
- Quanto à Freguesia do Pombalinho, disse esperar ver o problema resolvido até final do seu mandato, lamentando o procedimento da Câmara Municipal da Golegã.-----
- Felicitou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vaqueiros, pelo lançamento do Jornal da sua freguesia. -----

---No que concerne ao edifício construído clandestinamente no Vale de Santarém, informou que este está a ser objecto de um estudo para a resolução da situação criada. ---

--- Quanto à urbanização do Alto do Vale de Santarém, salientou que esta é uma das prioridades de acordo com as necessidades existentes. -----

--- Manifestou, também, a sua preocupação, relativamente ao grave problema do Rio Maior, referindo que a situação só começa a ser resolvida com a ETAR de Santarém. ----

--- Concluiu, lamentando a situação de poluição, que a vacaria holandesa está a provocar à freguesia de Almoester, afirmando que está atento à situação.-----

--- PONTO DOIS - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM E AS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO.-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Após a aprovação em reunião do Executivo Municipal do Protocolo acima referido, com as alterações introduzidas pelo mesmo, solicito autorização para que sejam delegadas as competências desta Câmara nas Juntas de Freguesia, dando, assim, cumprimento ao estabelecido na alínea s) do nº dois do artigo trinta e nove do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro de vinte e nove de Março”.-----

--- Interveio o Senhor **ALEXANDRE HERCULANO DA CUNHA PITA SOARES** referindo que depois de ter analisado a cláusula terceira e quinta do Protocolo constatou que não existem acções de formação relacionadas com futuros Protocolos.-----

--- Salientou que em relação aos destinatários das acções de formação, estas só

contemplam apenas os funcionários internos.-----

--- A seguir interveio o Senhor **VICENTE CARLOS FLOR BATALHA**, Presidente da Junta de Freguesia de Pernes, questionando para quando a entrada em funcionamento deste Protocolo, tendo em conta, que este terá implicações em termos de Planos e Orçamentos das Juntas de Freguesia.-----

--- Referiu ser importante saber a natureza do acto administrativo que é delegado, bem como, a consequente fiscalização. -----

--- Considerou a “formação” importante para o desenvolvimento do Protocolo, bem como a “informatização”.-----

--- Seguidamente interveio o Senhor **PEDRO MIGUEL TEODÓSIO GREGO** referindo que o Partido Socialista gostaria de se congratular com a aprovação deste Protocolo. -----

--- Considerou que esta é uma matéria de descentralização que é muito cara ao Executivo Municipal, mas que é fundamental para o desenvolvimento do concelho.-----

--- Salientou que é importante haver um diálogo constante entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, em toda a condução deste processo. -----

--- Interveio ainda o Senhor **DIAMANTINO CARVALHO VICENTE** Presidente da Junta de Freguesia de Casével, manifestando a sua concordância com a parte formal do Protocolo, salientando, no entanto, existirem algumas dúvidas, relativamente às transferências por parte do Município para as Juntas de Freguesia. -----

--- Por último interveio o senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** informando que o

objectivo político do Protocolo é a entrada em funcionamento no próximo ano. -----

--- Salientou que se trata de um protocolo em termos genéricos, e que todas as Juntas de Freguesia interessadas terão de o subscrever, na altura própria uma vez, que é necessária uma habilitação ao nível do pessoal.-----

Disse tratar-se de um Protocolo que, no imediato, se destina às Juntas que se encontram dotadas para assumir essas competências, todavia, trata-se de um protocolo para o futuro e para aqueles que gradualmente, com o tempo, estejam preparados e desejem receber essas competências. -----

--- Esgotadas as intervenções o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, submeteu a votação a proposta, relativa ao **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM E AS JUNTAS DE FREGUESIA**, nos termos da alínea s), do número dois do artigo trinta e nove do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um de doze de Junho, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- Tendo em conta a urgência destes assuntos e o preceituado no número quatro, do artigo número oitenta e cinco, do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um de doze de Junho, o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** submeteu a votação a aprovação em minuta o **PONTO DOIS**, tendo sido deliberado aprovar **por unanimidade**. -----

--- Pelo Senhor **CARLOS MANUEL PALMEIRO CARVALHO**, Presidente da Junta

de Freguesia de Tremês, foi proferida a seguinte **Declaração de Voto**: -----

--- “Votei a favor, porque considero perfeitamente pacífico votar favoravelmente esta Proposta. As questões aqui levantadas, no meu entender, caem por base, porque este é um Protocolo individual e cada um aceita ou não ter essas atribuições próprias”. -----

--- Dado o adiantado da hora o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** auscultou a opinião do Executivo Camarário e dos Partidos Políticos representados na Assembleia Municipal sobre a continuidade da Sessão.-----

--- Após algumas trocas de impressões e tendo em conta, a urgência dos assuntos, em causa, o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** informou que a Sessão continuaria no dia imediato -----

--- Eram duas horas e dez minutos quando o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** interrompeu os trabalhos.-----

--- Aos vinte e nove dias do mês de Dezembro de mil novecentos e noventa e cinco, pelas vinte uma horas e quarenta e cinco minutos, reuniu a Assembleia Municipal, no Salão Nobre da Assembleia Distrital, nesta cidade, em continuação da Sessão Ordinária, realizada no dia vinte e oito de Dezembro de mil novecentos e noventa e cinco com a restante **ORDEM DE TRABALHOS**.-----

--- O Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** ordenou que se procedesse à chamada, tendo-se verificado as seguintes ausências: -----

--- **Faltas justificadas**:-----

--- **FERNANDO SOARES NICOLA.**-----

--- **JOÃO VÍTOR REIS GOMES MENDES.**-----

--- **VÍTOR MANUEL LOPES AMARAL CASTRO DA MATA.**-----

--- **ANTÓNIO ANTUNES DUARTE.**-----

--- **MARIA LUISA RAIMUNDO MESQUITA.**-----

--- **EZEQUIEL AZINHEIRA LOURO.**-----

--- **JOÃO PIEDADE JOANAZ**-----

--- **CARLOS ALBERTO NARCISO MARQUES.**-----

--- **ALFREDO JOAQUIM FERREIRA CARDOSO LOBATO.**-----

--- **BASÍLIO DUARTE OLEIRO.**-----

--- **ANTÓNIO JOSÉ DA PIEDADE FERRARIA.**-----

--- **RICARDO LUÍS COSTA.**-----

--- **FIRMINO JOAQUIM PRUDÊNCIO DE OLIVEIRA.**-----

--- **Faltas não justificadas:**-----

--- **EDUARDO RAMOS DE OLIVEIRA.**-----

--- **LUÍS MIGUEL DE SEIXAS JORGE DE PINA SERRANO.**-----

--- Confirmada a existência de quórum, o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, declarou aberta a Sessão, informando que, por se tratar de uma reunião, (continuação da Sessão Ordinária de Dezembro) e de acordo com a Lei, não haveria lugar ao Período de “Antes da Ordem do Dia”.-----

--- **PONTO TRÊS - PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DA CÂMARA**

MUNICIPAL DE SANTARÉM PARA O ANO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS. -----

--- Foram presentes, para apreciação desta Assembleia os documentos em epígrafe, que ficam anexos à presente acta, dispensando-se a sua transcrição, nos termos do Decreto-Lei quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e dois de Novembro de mil novecentos e sessenta e três, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei trezentos e trinta e quatro/oitenta e dois, de dezanove de Agosto. -----

--- Teve como primeiro interveniente o Senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** que fez a apresentação do documento, salientando os aspectos que lhe pareceram mais importantes, classificando este Plano e Orçamento como um documento realista das necessidades da cidade e do concelho. -----

--- A seguir interveio Senhor **PEDRO MIGUEL RODRIGUES NEVES VELOSO** manifestando a sua satisfação pela forma como o Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados foi apresentado, merecendo o voto favorável do Partido Popular. -----

--- Lamentou que não possa expressar o mesmo sentimento em relação ao Plano e Orçamento da Câmara Municipal, discordando da forma como é apresentado, considerando que, de inovador não traz nada. -----

--- Referiu que, a remodelação do Pavilhão Gimnodesportivo, não é a primeira vez que vem inscrita, e que agora, finalmente a obra foi adjudicada. -----

--- Salientou a falta de umas novas e modernas piscinas, para Santarém, pois as existentes não passam de uns tanques de aprendizagem. -----

--- Frisou que a Câmara terá o apoio do Partido Popular, na Candidatura de Santarém a Património Mundial, caso explique ao PP, o que está a ser feito e responda ao requerimento que apresentou. -----

--- Pediu esclarecimento sobre o andamento das obras na Rua “O” e o que se pensa fazer no Campo Emílio Infante da Câmara. -----

--- Referiu que este Orçamento pouca importância dá ao desporto, considerando que seria cumprir a cidade e o concelho se Santarém se adaptasse às realidades e tivesse equipamentos sociais que permitissem aos cidadãos praticarem e usufruir desporto em condições de segurança. -----

--- Salientou a má conservação das ruas da cidade, nomeadamente as Ruas em S. Bento e a Estrada da Estação em Vale de Estacas. -----

--- Disse também que seria importante haver um investimento massivo e constante no Turismo a nível da comunicação e dos Postos de Turismo das outras regiões em termos de contactos para divulgar o concelho. -----

--- Falou da necessidade da Câmara conjuntamente com o CNEMA, dinamizar aquele espaço que, apenas funciona meia dúzia de vezes por ano. -----

--- Alertou para os problemas das actividades hoteleiras, dando como exemplo o Hotel “IVOS-HOTEL”. -----

--- Concluiu, referindo que este Orçamento não lhe parece novo e moderno, e que dele resulte qualquer fertilidade e investimento, pelo que o Partido Popular, evidentemente, irá votar contra este Plano e Orçamento. -----

--- Usou da palavra a seguir o Senhor **ANTÓNIO MANUEL DE CAMPOS**, referindo que constatou que no mapa financeiro da Câmara, no que respeita às receitas, estas estão aquém dos trinta por cento. -----

--- Considerou este Orçamento com os mesmos propósitos, relativamente aos de anos anteriores, referindo um aumento dos impostos indirectos, em relação ao ano anterior, de duzentos e setenta e três mil contos.-----

--- Questionou se foram tiradas ilações, relativamente ao Plano Estratégico e se foram introduzidas neste Plano de Actividades e Orçamento.-----

--- Considerou exagerada a verba atribuída para a Escola Fixa de Trânsito. -----

--- Focou a situação das Piscinas Municipais e a necessidade destas para a cidade e restante concelho. -----

--- Concluiu, referindo que este orçamento não traz nada de novo e é, apenas, a continuidade dos anteriores, não vendo nenhum documento estratégico no desenvolvimento da cidade e do concelho.-----

--- Depois interveio o Senhor **JOSÉ MARCELINO** que se referiu a algumas verbas, designadamente a verbas atribuídas ao trânsito e à defesa do consumidor. Constatou que parte de algumas verbas inscritas já se encontram gastas.-----

--- Considerou, no seu entender, não haver um Plano ou um rumo para a cidade.-----

--- Questionou se a taxa do lixo é para continuar, dado que quando da aplicação desta foi dito que a taxa era temporária. -----

--- Concluiu, salientando que a formação profissional é importante, para que os

municípios possam beneficiar de um melhor serviço.-----

--- Interveio a seguir o Senhor **LEONEL DE MATOS MARTINHO DO ROSÁRIO** considerando que um Plano de Actividades, efectivamente, é sempre uma continuidade dos anos anteriores, e que no seu entender, vale por aquilo que vale. -----

--- Referiu ser importante planear a cidade, agora que existe um Plano Director Municipal, de forma a evitar certas situações. -----

--- Frisou que seria importante que a Câmara e os seus técnicos tivessem em atenção as zonas verdes e a plantação de árvores em certas zonas da cidade. -----

--- Considerou algumas atitudes de grande mérito, no Plano de Actividades, nomeadamente o aspecto profissional, com verbas bem definidas e quantificadas. -----

--- Seguidamente usou da palavra o Senhor **ALEXANDRE HERCULANO DA CUNHA PITA SOARES** referindo a distribuição das verbas para a acção social. -----

--- Saliu que, neste momento, o concelho de Santarém tem em construção nove Centros de Dia para idosos, constatando que uma verba de oito mil contos para nove obras é manifestamente insuficiente. -----

--- Concluiu, considerando que este Orçamento se afasta da promoção de solidariedade social actualmente propalada pelo PS. -----

--- A seguir usou da palavra o Senhor **JOAQUIM ALBERTO PEREIRA SERRÃO** considerando que um Plano de Actividade e Orçamento de uma autarquia valida-se pela sua coerência e nomeadamente ao projecto político que o suporta. -----

--- Fez algumas comparações de verbas atribuídas, em relação ao ano anterior, frisando

- que o FEF se mantém no mesmo valor. -----
- Salientou a necessidade de umas piscinas municipais em Santarém. -----
- Prosseguiu, referindo que existe um conjunto de obras que se vem arrastando há anos, não servindo este concelho de meios que necessita.-----
- Verificou, em seu entender, que este Orçamento tem alguma falta de rigor, destinando-se, apenas, para cumprir trâmites legais que tem de obedecer, e concluiu, referindo que ao PSD não lhe resta outra alternativa senão votar contra, como forma de protesto contra a incoerência e falta de responsabilidade do Executivo Socialista.-----
- Interveio a seguir o Senhor **VICENTE CARLOS FLOR BATALHA**, Presidente da Junta de Freguesia de Pernes manifestando-se algo surpreendido pela intervenção do Senhor Leonel de Matos Martinho do Rosário. -----
- Referiu-se à apresentação do documento feita pelo Senhor Presidente da Câmara, salientando o agravamento da cidade, devido à desertificação das freguesias rurais. -----
- Frisou que as freguesias rurais merecem algum tratamento em termos do desenvolvimento económico e cultural.-----
- Salientou que a única obra contemplada à sua freguesia é a Estrada Municipal quinhentos e oitenta e três e que vem pela terceira vez no Plano e Orçamento-----
- Concluiu, questionando qual o valor das dívidas a fornecedores e para quando a abolição da taxa do lixo. -----
- Interveio ainda o Senhor **ARMANDO HENRIQUE PIRES**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém referindo a falta de água existente na

zona baixa da sua freguesia. -----

--- Questionou se na verba para os gavetões já estão incluídos os do Cemitério da Ribeira de Santarém, uma vez que o mesmo já não tem mais espaço livre. -----

--- Solicitou esclarecimento sobre o começo das obras nas casas da Praça Oliveira Marreca. -----

--- Interveio também o Senhor **CARLOS MANUEL PALMEIRO CARVALHO**, Presidente da Junta da Freguesia de Tremês sublinhando a intervenção do Senhor Leonel de Matos Martinho do Rosário. -----

--- Considerou que este Orçamento tem para o Partido Socialista uma grande virtude, dado que foi tratado com realismo o investimento no concelho. -----

--- Seguidamente usou da palavra o Senhor **MÁRIO MARTINHO DE OLIVEIRA**, Presidente da Junta de Freguesia da Várzea solicitando esclarecimento sobre a construção das novas Sedes de Juntas de Freguesia, informando que a Junta a que preside pretende levar a efeito o acabamento da sua Sede. -----

--- Interveio a seguir o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, na qualidade de membro, alertando para a eventual necessidade de reforçar a verba para a reparação e conservação das estradas e caminhos do concelho. -----

--- Interveio novamente o Senhor **PEDRO MIGUEL RODRIGUES NEVES VELOSO** para esclarecer que não fez qualquer crítica ao Governo PS. -----

--- Depois interveio novamente o Senhor **LEONEL DE MATOS MARTINHO DO ROSÁRIO** para esclarecer alguns aspectos da sua anterior intervenção. -----

--- Retomou a palavra a seguir o Senhor **VICENTE CARLOS FLOR BATALHA**, Presidente da Junta de Freguesia de Pernes, questionando se irá haver alguma alteração ao FEF e qual o seu valor –se é possível adiantar–, tendo verificado faltar no Documento o mapa das transferências para as Juntas de Freguesias.-----

--- A seguir interveio novamente o Senhor **MÁRIO MARTINHO DE OLIVEIRA**, Presidente da Junta de Freguesia da Várzea para se congratular com a intervenção do senhor Presidente da Assembleia e informar o Executivo Municipal que não possui meios para a reparação das estradas da sua freguesia. -----

--- Depois interveio o Senhor **VEREADOR RUI BARREIROS** prestando os seguintes esclarecimentos:-----

--- Referiu que a Câmara neste momento, apenas, possui um Técnico Superior na área paisagista a trabalhar na implantação de novas zonas verdes. -----

--- Relativamente ao Jardim de S. Domingos espera que o projecto fique concluído em mil novecentos e noventa e seis. -----

--- Informou que nenhum Jardim em Santarém tinha instalado sistema automático de rega, exigindo, por isso, muita mão-de-obra.-----

--- Relativamente ao anexo ao Pavilhão Gimnodesportivo, informou que, efectivamente, se trata de um novo pavilhão com capacidade para ter a funcionar, ao mesmo tempo, três campos de basquetebol. -----

--- Concluiu, salientando que em dezassete anos nunca tanto se investiu em matéria de desporto.-----

--- Por último interveio o Senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, considerando que prefere ter um Orçamento realista, a um Orçamento utópico.-----

--- Lamentou o atraso das obras da Rua “O”, por parte da JAE, informando que, com base, na última informação a JAE prevê, para conclusão das obras um ano líquido. -----

--- Relativamente à obra da Estrada Nacional número três na intersecção com a Estrada Militar, esclareceu que esta será concretizada no decorrer do próximo ano -----

--- Quanto à actividade de hotelaria, salientou que a Câmara têm feito tudo o que está ao seu alcance para resolver o problema do empreendimento “IVOS-HOTEL”. -----

--- Prosseguiu, prestando mais alguns esclarecimentos, relativamente aos impostos indirectos. -----

--- Relativamente às obras sociais, lembrou as expectativas criadas pela Administração Central, em torno dos Centros Dia para Idosos.-----

--- Esclareceu que as Piscinas Municipais estão a ser objecto de uma remodelação, com custos na ordem dos cinquenta mil contos. -----

--- Salientou que para a construção de novas estradas e para sua conservação está prevista uma verba de cerca de um milhão de contos. -----

--- Concluiu, informando que relativamente às transferências do FEF, para as Juntas de Freguesia estas serão efectuadas directamente. -----

--- Esgotadas as intervenções o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, submeteu a votação a proposta, relativa ao **PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM PARA O ANO DE MIL**

NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS, nos termos da alínea b) do número dois do artigo trinta e nove do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um de doze de Junho e Lei trinta e cinco/noventa e um de vinte sete de Julho, tendo sido **aprovada por maioria, com trinta votos a favor, dois votos contra e cinco abstenções.** -----

--- Tendo em conta a urgência destes assuntos e o preceituado no número quatro, do artigo número oitenta e cinco, do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um de doze de Junho e Lei trinta e cinco/noventa e um de vinte sete de Julho, o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** submeteu a votação a aprovação em minuta o **PONTO TRÊS**, tendo sido deliberado aprovar **por unanimidade.** -----

--- Pelo Senhor **VICENTE CARLOS FLOR BATALHA**, Presidente da Junta de Freguesia de Pernes, foi presente a seguinte **Declaração de Voto:** -----

--- “O Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Santarém para mil novecentos e noventa e seis não corresponde, uma vez mais, aos justos anseios e aspirações da Freguesia de Pernes como Pólo de Desenvolvimento, pese, embora, algum investimento, no capítulo de equipamentos essenciais em falta, e da consagração do Protocolo da Delegação de Competências para as Freguesias, com atraso de alguns anos. -----

--- No entanto, a Estrada Municipal quinhentos e oitenta e três vem pela terceira vez consecutiva consignada, sem a obra ser concretizada, o desenvolvimento económico vem diluído, as questões de segurança, e dos jardins, espaços verdes e desporto esbatidas, sem

consagração objectiva, apesar das insistências. -----

--- O investimento global para as freguesias é de apenas um quinto do investimento para a Cidade, pelo que é nosso entendimento que não é assim que se impede ou minimiza a desertificação do espaço rural, nem se desenvolve harmoniosamente o concelho, aplanando assimetrias. -----

--- Gostaríamos de votar favoravelmente, como sinal de esperança e de surpresa, que nos fizesse esquecer os negros anos de mil novecentos e noventa e quatro e mil novecentos e noventa e cinco, mas em consciência não o podemos fazer. -----

--- Daí, pelas razões sinteticamente expostas, a nossa posição de abstenção”. -----

--- **PONTO QUATRO - PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM PARA O ANO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS.** -----

--- Foram presentes, para apreciação desta Assembleia os documentos em epígrafe, que ficam anexos à presente acta, dispensando-se a sua transcrição, nos termos do Decreto-Lei quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e dois de Novembro de mil novecentos e sessenta e três, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei trezentos e trinta e quatro/oitenta e dois, de dezanove de Agosto. -----

--- Interveio o Senhor **VEREADOR BOTAS CASTANHO** que fez a apresentação do documento, salientando os seus objectivos, nomeadamente a melhoria dos serviços prestados aos consumidores. -----

--- A seguir interveio o Senhor **DIAMANTINO CARVALHO VICENTE**, Presidente

da Junta de Freguesia de Casével, considerando ser um bom Plano de Actividades, que favorece muito a sua freguesia. -----

--- Alertou para a situação que se está a verificar em relação aos trabalhos no reservatório de água da Comenda. -----

--- Depois interveio o Senhor **JOAQUIM AUGUSTO QUEIROZ FRAZÃO NETO**, Presidente da Junta de Freguesia de Amiais de Baixo, congratulando-se por estar inscrito no Plano de Actividades a remodelação do sistema de abastecimento de água à sua freguesia. -----

--- Alertou para as constantes roturas na canalização do abastecimento de água, que estão a provocar enormes buracos numa estrada que foi arranjada há cerca de dois anos. -----

--- Interveio ainda o Senhor **JOSÉ MARCELINO** que chamou a atenção para a forma como é feita a leitura da água, salientando que quando os consumidores não estão em casa os custos no mês seguinte aumentam consideravelmente. -----

--- Conclui, fazendo, com base num anúncio, um comparativo do preço da água por metro cúbico entre Santarém e Lisboa. -----

--- A seguir interveio o Senhor **LEONEL DE MATOS MARTINHO DO ROSÁRIO**, louvando a Administração dos Serviços Municipalizados de Santarém, pelo excelente serviço prestado aos munícipes, sem esquecer no entanto, a anterior Administração que deu um importante contributo para que hoje se pudesse chegar a estes níveis. -----

--- Por último interveio o Senhor **VEREADOR BOTAS CASTANHO**, esclarecendo que tem havido pressão junto do empreiteiro que está a construir o reservatório de água

em Casével, lamentando que as obras não estejam tão adiantadas como seria desejável.--

--- Agradeceu a colaboração prestada pelos Senhores Presidentes de Juntas, em especial, de Amiais de Baixo.-----

--- Considerou haver lapso na impressão dos números, relativamente ao preço da água em Lisboa, uma vez que os Serviços Municipalizados compram a água à EPAL, em alta, a um preço muito mais elevado.-----

--- Quanto às leituras de água informou que se estão a envidar esforços no sentido destas serem efectuadas mensalmente, salientando que no caso dos consumidores não estarem em casa é deixado um postal, a fim de ser devolvido com a respectiva leitura. -----

--- Dado a inexistência de mais intervenções, o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, submeteu a votação a proposta, relativa ao **PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DOS SERVIÇO MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM PARA O ANO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS**, nos termos da alínea b) do número dois do artigo trinta e nove do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um de doze de Junho e Lei trinta e cinco/noventa e um de vinte sete de Julho, tendo sido **aprovada por maioria, com vinte e nove votos a favor e quatro abstenções**.-----

--- Tendo em conta a urgência destes assuntos e o preceituado no número quatro, do artigo número oitenta e cinco, do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um de doze de Junho

e Lei trinta e cinco/noventa e um de vinte sete de Julho e Lei trinta e cinco/noventa e um de vinte sete de Julho, o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** submeteu a votação a aprovação em minuta o **PONTO QUATRO**, tendo sido deliberado aprovar **por unanimidade**. -----

--- **PONTO CINCO - PLANO DE PORMENOR DA ÁREA ENVOLVENTE AO CONVENTO DE ALMOSTER**. -----

--- Foram presentes, para apreciação desta Assembleia os documentos em epígrafe, que ficam anexos à presente acta, dispensando-se a sua transcrição, nos termos do Decreto-Lei quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e dois de Novembro de mil novecentos e sessenta e três, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei trezentos e trinta e quatro/oitenta e dois, de dezanove de Agosto. -----

--- Interveio o Senhor **CLÁUDIO QUARESMA TOMÉ**, Presidente da Junta de Freguesia de Almoster, referindo que este Plano foi objecto de um inquérito público, merecendo a concordância dos munícipes em Almoster. -----

--- Informou que a Junta de Freguesia solicitou à Direcção Geral do Património do Estado que lhe fosse cedido o espaço onde antigamente funcionava a pecuária no Convento de Almoster, para instalar um Centro Dia para Idosos, adiantando que o telhado foi reparado há pouco tempo, encontrando-se em boas condições para o solicitado. -----

--- Manifestou algumas dúvidas em relação à possível instalação de uma unidade hoteleira, naquele local, exigindo contrapartidas para o Centro Dia, caso esta unidade

venha ali a ser instalada.-----

--- Depois interveio a **Senhora MARIA FERNANDA DA SILVA PIRES FERNANDES RIBEIRO** considerando o Plano de Pormenor cuidado e com a situação bem definida, apresentando situações e regras que têm de ser implantadas.-----

--- Solicitou que fosse esclarecida sobre a conservação do Convento, e o que está previsto.-----

--- Usou da palavra o Senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, esclarecendo que este imóvel foi afecto à Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo, adiantando que o Senhor Ministro da Cultura virá a Santarém visitar as áreas históricas e inclusivamente o Convento de Almoster. -----

--- Esgotadas as intervenções, o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, submeteu a votação a proposta, relativa ao **PLANO DE PORMENOR DA ÁREA ENVOLVENTE AO CONVENTO DE ALMOSTER**, nos termos da alínea d) do número dois do artigo trinta e nove do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um de doze de Junho e Lei trinta e cinco/noventa e um de vinte sete de Julho, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- Tendo em conta a urgência destes assuntos e o preceituado no número quatro, do artigo número oitenta e cinco, do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um de doze de Junho e Lei trinta e cinco/noventa e um de vinte sete de Julho, o Senhor **PRESIDENTE DA**

ASSEMBLEIA submeteu a votação a aprovação em minuta o **PONTO CINCO**, tendo sido deliberado aprovar **por unanimidade**. -----

--- **PONTO SEIS - PROPOSTA DE REGULAMENTO INTERNO DOS S.M.S.** ----

--- Foram presentes, para apreciação desta Assembleia os documentos em epígrafe, que ficam anexos à presente acta, dispensando-se a sua transcrição, nos termos do Decreto-Lei quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e dois de Novembro de mil novecentos e sessenta e três, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei trezentos e trinta e quatro/oitenta e dois, de dezanove de Agosto. -----

--- Interveio o Senhor **JOSÉ MARCELINO** referindo que na elaboração do Regulamento existem algumas situações que podem contribuir para uma concorrência na área dos Recursos Humanos. -----

--- Usou da palavra o Senhor **VEREADOR BOTAS CASTANHO** esclarecendo que em termos de Recursos Humanos existe uma definição de tarefas entre a Gestão de Recursos Humanos e a Administração de Recursos Humanos.-----

--- Esgotadas as intervenções, o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, submeteu a votação a proposta, relativa à **PROPOSTA DE REGULAMENTO INTERNO DOS S.M.S.**, nos termos da alínea a) do número dois do artigo trinta e nove do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um de doze de Junho e Lei trinta e cinco/noventa e um de vinte sete de Julho, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- Tendo em conta a urgência destes assuntos e o preceituado no número quatro, do

artigo número oitenta e cinco, do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um de doze de Junho e Lei trinta e cinco/noventa e um de vinte sete de Julho, o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** submeteu a votação a aprovação em minuta o **PONTO SEIS**, tendo sido deliberado aprovar **por unanimidade**.-----

--- Esgotada a Ordem de Trabalhos, e de acordo com a competência que lhe confere o artigo dezasseis do Regimento, o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, declarou aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DESTINADO AO PÚBLICO**, o qual não se concretizou por ausência de intervenientes. -----

--- Eram duas horas e cinco minutos do dia trinta, quando o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, deu por encerrada a Sessão de que se lavra a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**, e subscrita por mim,

PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, que a redigi. -----

-----**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----